



## TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A  
FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na Av. Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **LIDIVALDO REACHE RAIMUNDO BRITTO**, nos termos da Lei Complementar Nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e a **FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA**, inscrita no CNPJ nº 15.194.004/0001-25, com sede nesta Capital, na Rua Bento Gonçalves, s/n, Federação, doravante denominada **FJS**, neste ato representada por sua Presidente de Curadores, **MARIA TERESA DE MEDEIROS PACHECO**, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo tem por objeto a cooperação técnica entre os signatários, com vistas a possibilitar uma atuação mais eficaz no que tange ao cumprimento de suas funções institucionais, em especial para estabelecer intercâmbio técnico-científico, fomento e apoio logístico ao desenvolvimento de projetos, atividades e ações relacionadas às áreas de proteção do meio ambiente, urbanismo e habitação.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

#### **2.1– DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA:**

2.1.1 - Em complemento à atividade de outros órgãos e instituições, a **FJS** prestará assistência técnica por meio de informações, pareceres, diligências, elaboração de estudos e perícias, no que respeita ao previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, por si ou por terceiras entidades, selecionadas através de regulamento próprio;

2.1.2 - A **FJS** apresentará diretamente ao Promotor de Justiça com atribuição para funcionar no inquérito civil ou na ação civil pública que necessite da

*Sec. d.*

*[Handwritten signature]*





assistência técnica, se for o caso, a discriminação das despesas realizadas na prestação dos serviços técnico-científicos objeto deste Termo, para o fim colimado no "caput" do artigo, uma vez que a responsabilidade pelo pagamento dessas despesas deverá ser atribuída ao poluidor/degradador;

2.1.3 - Para perfeito cumprimento do disposto no item 2.1.1 deste Termo, a **FJS** poderá, a seu exclusivo critério, contratar técnicos especialistas para desenvolver as atividades de assistência técnica referida;

2.1.4 - A **FJS** também poderá, igualmente a seu exclusivo critério, ceder recursos humanos de nível médio ou superior para desenvolvimento das atividades finalísticas do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, sem que isso implique em qualquer ônus a esse último;

2.1.5 - A critério exclusivo da **FJS**, poderá o pessoal cedido sem ônus ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** voltar aos seus quadros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após encaminhamento de solicitação formal nesse sentido.

## 2.2 - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

2.1 - O **MINISTÉRIO PÚBLICO**, por intermédio de seus Promotores de Justiça com atribuições nas áreas de meio ambiente, urbanismo e habitação, compromete-se a buscar, no âmbito do inquérito civil instaurado ou da ação civil pública intentada, o ressarcimento das despesas desembolsadas pela **FJS** por ocasião da prestação de serviços técnico-científicos objeto deste Termo, em complementação às eventuais obrigações de dar, fazer ou não fazer, cominadas ao poluidor ou infrator das normas legais.

2.1.1 - O **MINISTÉRIO PÚBLICO** não será responsável sob qualquer hipótese pelos valores dispendidos pela **FJS** na prestação dos serviços técnico-científicos objeto deste Termo.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS:

As obrigações ora assumidas não acarretam qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, razão pela qual deixam de mencionar os valores destinados a fazer frente às despesas, que, por ventura, decorram deste Termo.

### CLÁUSULA QUARTA:

Este **TERMO** terá validade pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir de sua assinatura, podendo ser:

a) **DENUNCIADO** por qualquer dos participantes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, assegurando-se, nesse caso, a continuidade das solicitações já realizadas;

*Guider*

*[Signature]*





b) **ALTERADO** de comum acordo entre as partes, mediante formalização de TERMO ADITIVO;

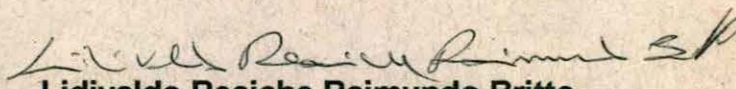
c) **PRORROGADO**, por iguais períodos, através de formalização de TERMO ADITIVO.

**CLÁUSULA QUINTA:**

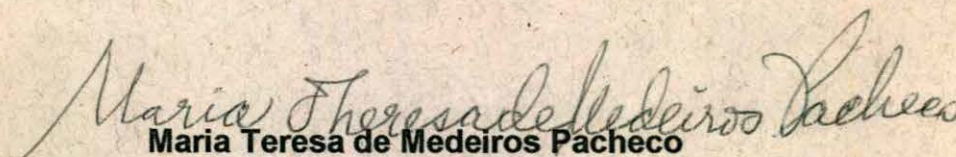
Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como o competente para dirimir as questões decorrentes deste **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Salvador, 03 de abril de 2009.



**Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto**  
Procurador-Geral de Justiça  
Ministério Público do Estado da Bahia



**Maria Teresa de Medeiros Pacheco**  
Presidente de Curadores  
Fundação José Silveira

**Testemunhas:**

1 -   
CPF: 

2 - \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA



DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO – Salvador – Terça-feira, 28 de abril de 2009

**RESUMO DE CONVÊNIO**

CONVENIENTES: Ministério Público do Estado da Bahia e a Fundação José Silveira. OBJETO: Cooperação técnica entre os signatários, com vistas a possibilitar uma atuação mais eficaz no que tange ao cumprimento de suas funções institucionais, em especial para estabelecer intercâmbio técnico-científico, fomento e apoio logístico ao desenvolvimento de projetos, atividades e ações relacionadas às áreas de proteção ao meio ambiente, urbano e habitacional. VIGÊNCIA: 03 (três) anos, de 23/04/2009 a 22/04/2012.

